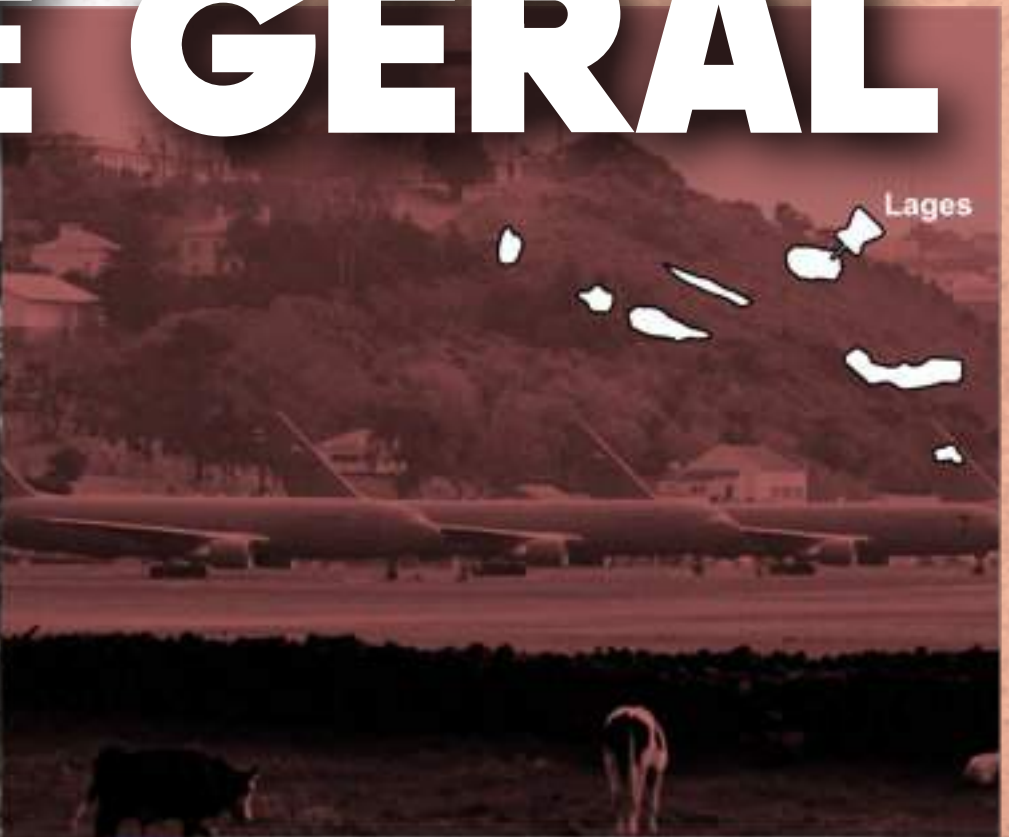


DERRUBAR O GOVERNO DOS PATRÕES E TRAVAR A GUERRA IMPERIALISTA! CONSTRUIR UMA NOVA GREVE GERAL



EDITORIAL | TEMOS FORÇA PARA DE PATRÕES, DA NEGLIGÊNCIA CRIMINOSA

Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

Continuar a luta com uma nova greve geral é o caminho!

A classe dominante estado-unidense começou o ano com o sequestro do presidente Maduro e a imposição de um sistema neocolonial na Venezuela com a colaboração de Delcy Rodríguez e da cúpula militar venezuelana, colocando contra as cordas Cuba e agora declara guerra total ao Irão. Não se trata de combater o narcotráfico ou defender a democracia burguesa, que o próprio Trump espezinha todos os dias nos próprios EUA com a sua deriva neofascista. Trata-se de atacar com todas as suas forças para defender os interesses do decadente imperialismo estado-unidense na sua disputa pela hegemonia mundial contra o bloco liderado pela China e pela Rússia. Tendo como alvo um importante aliado destes e com já mais de dez países envolvidos, a guerra ao Irão poderá atingir uma magnitude não vista há décadas. Será a classe trabalhadora mundial a pagar esta guerra inter-imperialista com o seu sangue.

O vassalo governo português da AD apoiou ativamente os interesses da burguesia estado-unidense nesta guerra. Entre as inúmeras bases militares utilizadas nas últimas semanas para preparar esta ofensiva, encontra-se a Base das Lajes, na ilha Terceira, Açores. Várias aeronaves estado-unidenses, desde caças a aviões de transporte de carga e reabastecimento aéreo, passaram por esta base com a “autorização automática” do governo português. Este governo não hesitou em manchar as mãos de sangue e envolver o país numa criminosa guerra imperialista com consequências absolutamente imprevisíveis.

É a continuação da completa submissão ao imperialismo estado-unidense, que atingiu o seu ápice na vergonhosa cimeira da NATO de junho de 2025 onde os governos europeus aceitaram a imposição de um aumento dos gastos militares para os 5% do PIB até 2035. O governo da AD pretende mais uma vez, como fez Passos Coelho face à Troika, ser “o bom aluno” da burguesia internacional. Quis aumentar logo o ano passado os gastos em defesa de 1,5% para 2% do PIB, pedindo para tal um

empréstimo de 5,8 mil milhões de euros a Bruxelas com termos ainda secretos. Com o pagamento dos juros o verdadeiro custo do empréstimo pode duplicar para os 12 mil milhões ou mais, superando o gasto anual do Orçamento de Estado (OE) em educação ou habitação.

Enquanto investe milhões na guerra, o governo condena à morte trabalhadores devido à pobreza e degradação do SNS. Continuam a aumentar os tempos de espera de cirurgias, o número de pessoas sem médico de família, de urgências obstétricas fechadas e grávidas a dar à luz em ambulâncias, o preço dos medicamentos (que afeta também hospitais)... tudo isto tem contribuído para o aumento da mortalidade. Por entre as mortes invisíveis aparecem algumas mediatizadas, como as 3 pessoas que, no início do ano, e em pouco mais de 24 horas, morreram devido a longos tempos de espera da ambulância, que chegaram a superar as 3 horas. É este o criminoso resultado da entrega de serviços de saúde aos privados e do subfinanciamento do SNS. Mas a prioridade é a guerra — aumentando uma dívida que perpetua a transferência de riqueza dos trabalhadores em Portugal para a burguesia financeira europeia e industrial de guerra estado-unidense.

A gestão criminosa e o desprezo do governo provocam mais morte e destruição. A primeira tranche dos 5,8 mil milhões já chegou a 11 de fevereiro, altura em que parte considerável do território do país havia sido destruída não por um qualquer exército inimigo, mas pelos efeitos das alterações climáticas — pelos quais são responsáveis em grande medida a indústria e atividades militares. No espaço de três semanas, entre janeiro e fevereiro, um “comboio” de tempestades e depressões fustigaram o país: Ingrid, Joseph, Kristin, Leonardo e Marta. Com rajadas de vento acima dos 200 km/h, Kristin foi a maior e mais destrutiva destas, a maior tempestade registada em Portugal segundo o IPMA. Na noite de 28 de janeiro destruiu parcialmente milhares de casas, estabelecimentos comerciais e culturais, fábricas, plantações agrícolas e arrancou milhões de árvores e dezenas de postes de alta tensão por toda a zona centro, com particular violência nos distritos de Leiria e Coimbra.

Apesar da magnitude da catástrofe,

durante 4 dias o governo deixou a população e autarquias completamente ao abandono, com casas inundadas e sem telhados, sem luz, sem comunicações e sem internet. Só a 1 de fevereiro a Ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral, convoca a Comissão Nacional de Protecção Civil, o órgão máximo de coordenação política em matéria de proteção civil, e se acciona o Plano Nacional de Emergência da Protecção Civil. Já o Estado-Maior-General das Forças Armadas só acionou o nível de “prontidão imediata” no dia seguinte, a 2 de fevereiro. Até então o exército havia apenas mobilizado duas centenas de operacionais para o terreno, uma pequena fração dos três mil militares que o Ministro da Defesa Nuno Melo disse estarem disponíveis. O governo também se recusou a pedir assistência à Comissão Europeia, que tinha, por exemplo, geradores disponíveis para enviar — isto apesar de centenas de milhares de pessoas permanecerem sem eletricidade. Negligência criminosa misturada com desprezo pelas nossas vidas.

A verdadeira preocupação do governo foi evitar que a reconstrução afetasse o seu “equilíbrio orçamental”. “Apoios devem ser dados com responsabilidade” disse Miranda Sarmento, ministro das Finanças, enquanto pessoas viviam em casas inundadas e sem telhados. Castro Almeida, ministro da Economia e da Coesão Territorial, inicialmente empurrou a responsabilidade do financiamento da reconstrução para as seguradoras e logo depois para a própria população afetada que devia “usar o salário do mês passado” enquanto esperava pela mísera assistência do Estado. Na prática abandonou a classe trabalhadora que em boa parte vive de salário em salário e não tem as casas asseguradas contra tempestades e inundações. Nem o lay-off dos trabalhadores das empresas afetadas quis pagar a 100%, tendo sido a isso obrigado pelo parlamento. Escolhas conscientes para deixar a classe trabalhadora à sua sorte e na miséria.

Milhares de pessoas tiveram assim de tentar sobreviver no meio da destruição e levar a cabo sozinhas e sem condições de segurança e salubridade as reparações das suas casas e outras infraestruturas. Para além das 6 pessoas que morreram na noite de 28 de janeiro, outras 12 faleceram nas

semanas seguintes no seguimento das tempestades, a maioria devido a quedas aquando da reparação dos próprios telhados destruídos. 18 pessoas que não foram mortas pelas tempestades, mas assassinadas pela incompetência e opções políticas do governo!

Só o povo salva o povo

Foi a auto-organização, solidariedade e resiliência da classe trabalhadora que impediu a tragédia de adquirir dimensões ainda maiores. Foram criadas uma série de plataformas online para organizar a ajuda. Milhares de voluntários deslocaram-se de todos os cantos de Portugal para a região centro para ajudar na limpeza e reconstrução. As doações de bens alimentares e produtos de higiene ultrapassaram largamente as necessidades. Uma atuação que contrasta com a dos ministros Leitão Amaro e Nuno Melo, que fizeram vídeos propagandistas insultuosos para dar a entender que estavam muito atarefados quando na prática nada fizeram. Se algo ficou claro é que a classe trabalhadora tem toda a capacidade de se auto-organizar para decidir sobre a sua vida.

O governo ignorou as vidas dos trabalhadores, mas colocou à disposição da burguesia os recursos do Estado assim que se apercebeu do gigantesco impacto económico que as tempestades teriam numa zona responsável por 17% do PIB com mais de 40.000 empresas afetadas num total de mil milhões de euros em prejuízos. Lança então o Programa Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR), em teoria para responder aos estragos causados pelas tempestades. Na prática, muitos dos seus pontos nada têm que ver com a reconstrução e revelam que o governo pretende antes aprofundar o programa de ataques à classe trabalhadora que já está a aplicar.

Pretende levar a cabo uma “guerra à burocracia”, um “reforço estratégico de investimento em defesa” ou “orientar a oferta do ensino Superior para as necessidades estratégicas da economia nacional”. O que isso significa na realidade é reduzir direitos e despedir funcionários públicos, investir mais dinheiro na guerra e financiar sobretudo investigação aplicada à indústria/cortar financiamento das ciências sociais e outras sem aplicação industrial. Com a “auscultação nacional” do PTRR o governo minoritário busca uma “unidade nacional” que lhe confira legitimidade ao programa que já está a aplicar.

Greve geral e eleições presidenciais demonstram o repúdio ao governo

A histórica greve geral de 11 de dezembro, em que fizemos greve mais de três milhões de trabalhadores, não significou apenas o repúdio ao Pacote Laboral, mas sim ao governo como um todo, ao seu programa de ataques aos direitos trabalhistas, aos direitos dos nossos irmãos e irmãs imigrantes, ao aumento de gastos militares e cortes nos serviços públicos.

Este repúdio confirmou-se uma vez mais com os resultados da primeira volta das eleições presidenciais. O governo sai completamente derrotado, com o seu candidato Marques Mendes a obter uns



DERRUBAR O GOVERNO DOS PATRÕES E DA GUERRA!

escassos 11% dos votos em comparação com os 31,7% obtidos pelo governo 8 meses antes — ainda que este resultado resulte também de alguma dispersão de votos, que incluiu uma passagem de votos às forças à sua direita. Passam à 2ª volta Seguro, concentrando o voto útil à esquerda, e Ventura, pela polarização das bases da direita à extrema-direita, graças à normalização das suas políticas pelo governo.

Na 2ª volta das presidenciais, várias camadas sociais, incluindo camadas da burguesia, compreenderam o perigo que seria ter um fascista na presidência pela resposta da classe trabalhadora que tal provocaria. Boa parte da classe dominante optou por privilegiar a manutenção do status quo e da paz social, e como tal os apoios à candidatura de Seguro surgiram de todo o espectro político até ao CDS. A classe trabalhadora votou em peso no Seguro, não por ter esperanças que o candidato do regime e da conciliação de classes melhore as suas vidas, mas para derrotar o candidato fascista.

Seguro ganha por isso de forma inequívoca com 66,83%, o dobro de Ventura, com 33,17%. Mas para a classe trabalhadora nada de substancial mudará. No seu discurso de tomada de posse Seguro garantiu tudo fazer para garantir a “estabilidade democrática” e a “defesa do interesse nacional”. No sistema capitalista isso significa a estabilidade para — e o interesse da — burguesia continuar a explorar a classe trabalhadora. Foi em prol dessa estabilidade e interesse que adotou, enquanto líder da oposição, a “abstenção

violenta” face ao OE de 2011 de brutais ataques aos trabalhadores do governo PSD-CDS de Passos Coelho, e fará o mesmo enquanto Presidente da República perante os ataques do governo PSD-CDS de Montenegro. Por isso mesmo já garantiu que a rejeição do OE de 2027 não implica a dissolução da AR.

Apesar da clara derrota de Ventura, não podemos ignorar que este resultado eleitoral não impede o avanço da extrema-direita. O Chega continua a ampliar a sua base eleitoral — com um aumento de 300.000 votos em comparação com as legislativas de 2025. É a política de extrema-direita do Governo atual, de perseguição e ilegalização dos trabalhadores imigrantes com a “ICE” portuguesa, de aprofundamento da precariedade, dos baixos salários, da deterioração dos serviços públicos, etc., e a parca oposição da esquerda institucional que criam as condições para que o Chega continue a crescer.

Voltar à Greve Geral para derrubar o Governo e conquistar direitos!

O comboio de tempestades e a guerra no Irão representam grandes dificuldades adicionais para a burguesia em Portugal, que procurará como sempre passá-las à classe trabalhadora através do seu governo. Ao Pacote Laboral junta-se agora o PTRR e certamente num futuro próximo um aumento de investimento em armamento e cortes nos serviços públicos. Os ataques do governo contra uma população muito empobrecida e precarizada são inúmeros e

vão aumentar ainda mais no próximo período. A luta tem de ir muito mais para além do Pacote Laboral. Tem de ser para derrubar o governo dos patrões, da negligência criminosa e da guerra imperialista e por conquistar maiores salários e direitos!

Dia 11 de dezembro a classe trabalhadora demonstrou a sua enorme força e determinação em combater este governo. Mas as suas direções recusam-se a marcar uma nova greve geral. Se por um lado o sindicalismo burocrático é pressionando a atuar pelas suas bases, por outro teme que a classe trabalhadora saia do seu controlo com novas greves gerais (como aconteceu com o movimento Que se Lixe a Troika em 2012). Por isso a direção da CGTP dá um passo atrás, convocando manifestações nos dias 13 de janeiro e 28 de fevereiro, esperando que isso seja o suficiente para que os trabalhadores libertem alguma pressão e para ganhar algum poder negocial com o governo. Não é. Não só o governo não vai recuar com manifestações pontuais como os trabalhadores exigem fazer greve geral.

De facto as greves gerais têm um importantíssimo papel político: mobilizar e unificar toda a classe trabalhadora para a ação coletiva por objetivos políticos concretos e demonstrar que, sendo a única que produz, deve tomar para si os meios de produção e decidir democraticamente como os utilizar. Mas se os objetivos não forem acertados nem discutidos de forma democrática pelos trabalhadores, com comités de greve, piquetes e plenários onde se votam as principais decisões, incluindo

a sua continuidade — antes impostos de cima para baixo como acontece atualmente — é impossível que seja bem sucedida.

É necessário construir uma nova greve geral democrática que tenha como objetivos derrubar o governo, conquistar direitos laborais e democráticos, aumentar salários, aumentar o financiamento dos serviços públicos, conseguir casas para todos, reconstruir as zonas afetadas pelas tempestades e rejeitar a guerra imperialista. Objetivos que só poderão ser cumpridos pela expropriação e controlo democrático da banca — para colocar toda a sua riqueza ao serviço deste plano dos trabalhadores — e das grandes empresas, em particular as de construção civil, comunicações e energia (privatizadas pelo governo PSD-CDS de Passos Coelho). Este é o único modo de garantirmos direitos e uma vida digna para toda a classe trabalhadora face ao aumento da crise do sistema capitalista que só tem para nos oferecer mais exploração, guerras e miséria.

Nova Greve Geral para derrubar o governo e conquistar direitos!

Se queres a paz, luta pelo socialismo!

Junta-te à Esquerda Revolucionária!





EUA | MILHÕES DE PESSOAS ERGUEM-SE CONTRA TRUMP E O TERROR DO ICE

Marina Mata • Comissão Executiva
Izquierda Revolucionaria Estado
Espanhol

A greve em Minnesota abre uma nova etapa na luta de classes

Vive-se uma rebelião massiva nos Estados Unidos contra um regime despótico e autoritário. A greve geral de 23 de janeiro no estado de Minnesota, com uma manifestação em Minneapolis de mais de 60.000 pessoas que enfrentaram temperaturas gélidas, foi um potente ponto de inflexão na luta contra a Administração Trump e a repressão selvagem do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE).

Sete dias mais tarde manifestaram-se 100.000 pessoas noutra grande jornada de luta em Minneapolis, replicada por todo o país. Sob a palavra de ordem “ICE Out of Minnesota”, a mobilização da classe trabalhadora contra o trumpismo está a provocar um ponto de inflexão na luta de classes nos EUA.

Uma Gestapo para um projeto totalitário

Trump transformou o ICE num dos eixos do seu projeto totalitário. Com um investimento extraordinário de 75 mil milhões de dólares para quatro anos, tornou-se o corpo policial mais bem financiado do Governo federal, integrado por milhares de fascistas e lúmpenes que apenas prestam contas ao gabinete de segurança do presidente.

É impossível ocultar que o ICE atua como um grupo de choque paramilitar para semear o terror e a violência contra a população trabalhadora imigrante e os coletivos da esquerda militante que saíram para os enfrentar. O seu efetivo passou de 10.000 para 22.000 agentes em apenas um ano, graças a uma agressiva política de recrutamento baseada em prémios: bónus de 50.000 dólares por alistar-se, prémios

até 25% por detenções, perdão de dívidas até 60.000 dólares de empréstimos estudantis... Uma máquina concebida para atrair mercenários neonazis e desclassados, concedendo-lhes total impunidade.

A operação Metro Surge no Minnesota, na qual intervieram 3.000 agentes, tornou-se o campo de testes. Com um saldo de mais de 2.000 detenções em poucas semanas, os métodos destes fascistas encapuzados, sem identificação e armados até aos dentes, fazem lembrar os operativos brutais das camisas castanhas e das SS nazis: sequestro de crianças, separando-as das suas famílias, detenções - com uma violência selvagem e sem mandados judiciais - em casas, automóveis, supermercados, locais de trabalho ou nas escolas dos seus filhos e à frente deles. As vítimas são os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, transformados no bode expiatório da extrema-direita trumpista, tal como a comunidade judaica o foi com Hitler e os seus partidários.

Nada do que está a acontecer é casual. Trump tem sido claro na sua intenção de minar a própria democracia burguesa e a estrutura constitucional dos EUA, recorrendo a uma forma de governar bonapartista através de Diretivas Presidenciais que contornem qualquer obstáculo legislativo ou judicial. E precisa disto para a guerra que declarou contra o inimigo interno, isto é, a classe trabalhadora e a esquerda. Está a levar a cabo a sua agenda à vista de todos, com absoluta arrogância.

Quando a 30 de setembro realizou um encontro com mais de 800 generais e almirantes na base naval de Quantico, Virgínia, o secretário da Defesa, Pete Hegseth, e o próprio Trump expuseram sem ambiguidades os seus objetivos políticos e o papel dos militares neles.

Segundo Hegseth o Departamento de Guerra ter-se-ia tornado o “departamento woke”. “Não mais” disse, comprometendo-se a reparar “décadas de decadência”.

Apontou contra os “políticos tolos e imprudentes” que defendem a subordinação militar à liderança civil. “Acabaram-se as ideologias políticas”, “nada de adoração às alterações climáticas, nada de divisões, distrações ou delírios de género”, “o lixo ideológico da justiça social e do politicamente correto”. Anunciou que devolveria ao exército a sua grandeza: “Vocês matam pessoas e destroem coisas para viver”, para concluir desta forma: “Move out and draw fire, because we are the War Department”.

Trump utilizou a sua intervenção para apontar às cidades que “são governadas pelos democratas da esquerda radical”, incluindo São Francisco, Chicago, Nova Iorque e Los Angeles. “Vamos endireitá-las uma a uma. E esta será uma grande tarefa para algumas pessoas nesta sala”, afirmou. “Isto também é uma guerra. É uma guerra interna”, “e deveríamos usar algumas destas cidades perigosas como campos de treino para as nossas forças armadas”. O seu ponto foi categórico: “Estamos a sofrer uma invasão interna, tal como com um inimigo estrangeiro, mas mais difícil em muitos aspetos, porque não usam uniforme; pelo menos quando usam uniforme, pode-se neutralizá-los; esta gente não usa uniforme”, disse Trump. “Mas estamos a sofrer uma invasão interna e estamos a detê-la

rapidamente”.

O destacamento de milhares de efetivos da Guarda Nacional e dos Marines em Los Angeles no verão passado, em Washington DC e noutras cidades, está perfeitamente em consonância com o que foi dito nessa reunião: é o “inimigo interno” que deve ser derrotado nesta guerra de classes. Mas a resposta de milhões para travar esta ofensiva reacionária demonstra que a correlação de forças para uma ditadura fascista nos EUA não é favorável. Uma vitória contrarrevolucionária dessa envergadura só poderá consumir-se depois de esmagar em sangue a classe trabalhadora e a juventude dos EUA.

A greve política de Minneapolis é um salto qualitativo

O dia 23 de janeiro não foi mais uma jornada de mobilizações. Foi uma demonstração da importância política da frente única para responder com firmeza aos ataques do ICE e às políticas de Trump, impulsionando a paralisação da atividade produtiva e social do estado, ultrapassando inúmeros obstáculos e colocando a ação direta nas ruas como eixo fundamental da resistência.

A greve geral política foi convocada por uma coligação de mais de 50 sindicatos,



associações comunitárias, paróquias e coletivos estudantis. O apelo era claro: não iremos trabalhar, nem à escola, nem fazer compras; vamos bloquear tudo. Uma convocatória que, embora tenha sido posteriormente apoiada pela AFL-CIO, surgiu de baixo e foi construída com o envolvimento de milhares de ativistas sindicais, jovens e trabalhadores que, durante semanas, se auto-organizaram para alargar esta convocatória e enfrentar o ICE.

Um dos principais impulsionadores da paralisação foi uma secção do Sindicato Internacional dos Trabalhadores de Serviços (SEIU), com 8.000 membros no Minnesota, principalmente trabalhadores migrantes da limpeza, que sofreram a detenção de 20 dos seus filiados pelo ICE. O Local 26 foi outro dos primeiros a convocar a greve, após a detenção de pelo menos 36 dos seus membros em operações do ICE durante o último ano. Mobilizou 8.000 trabalhadores dos serviços (limpeza, segurança...) e estima-se que cerca de 4.000 porteiros tenham aderido diretamente à paralisação, afetando mais de 100 edifícios comerciais e institucionais na área metropolitana das Twin Cities (Minneapolis e St. Paul).

Em supermercados e cooperativas realizaram-se votações de emergência e ameaçou-se com piquetes caso a gerência tentasse abrir com pessoal administrativo. Em armazéns logísticos que abastecem a Amazon ou a Target, os supervisores enviaram mensagens declarando o dia 23 como “dia de presença obrigatória”, mas a resposta de muitos trabalhadores foi contundente: organizaram “caravanas de greve”, recolhendo colegas para garantir o absentismo total e evitar represálias individuais.

Também se organizaram piquetes móveis de persuasão, as chamadas “Brigadas de Solidariedade”, que percorreram lojas e cafés abertos para convencer os trabalhadores a encerrar.

O impacto nos transportes foi devastador. Embora a legislação limite o direito à greve dos funcionários públicos, o ATU Local 1005 organizou um sick-out massivo: mais de 70% das rotas regulares de autocarro não iniciaram serviço ou foram suspensas e, durante as horas de ponta, o sistema funcionou com menos de 20% da sua capacidade habitual. A Metro Transit tentou contratar serviços privados, mas muitos motoristas — filiados ou simpatizantes dos Teamsters — recusaram em solidariedade.

O Metropolitan Council ameaçou com medidas disciplinares. No entanto, perante a dimensão da mobilização, viu-se obrigado a suspender qualquer represália e não conseguiu despedir nem sancionar um único motorista. O impacto estimado foi de 12 milhões de dólares em produtividade perdida apenas no sector dos transportes.

No aeroporto registaram-se 182 voos cancelados e mais de 300 atrasos significativos, segundo dados oficiais e plataformas como o FlightAware. Além disso, a falta de pessoal dos serviços de assistência terrestre (limpeza, catering, carga) e o bloqueio de acessos paralisaram parcialmente a atividade.

No distrito de Minneapolis, 92% dos professores filiados ao MFT Local 59 não se apresentaram ao trabalho, obrigando a declarar um “dia de aprendizagem remota” que, na prática, foi uma greve total. Na Universidade de Minnesota, estima-se que 80% das aulas de humanidades e ciências sociais foram canceladas por decisão dos próprios docentes em apoio à paralisação.

Além disso, registaram-se encerramentos de mais de 800 estabelecimentos comerciais e de restauração, muitos deles devido à pressão dos próprios trabalhadores, que em assembleias de emergência e com ameaça

de piquetes impediram a abertura daqueles que pretendiam funcionar.

O resultado foi uma greve geral de facto, organizada à margem da legalidade laboral vigente. Estudantes que não têm direito à greve paralisaram aulas. Comércio fecharam sob pressão popular. Organizaram-se boicotes a supermercados e ações para atrasar o transporte. Não era uma greve por salários nem por convenções coletivas. Era uma greve política, em solidariedade com a população imigrante e contra a repressão brutal do ICE e a agenda autoritária de Trump.

Essa demonstração de força culminou numa manifestação com mais de 60.000 pessoas a encher Minneapolis às 14h, com temperaturas entre -30 e -25°C. Em resumo, uma jornada de greve política que conseguiu que 38% da força laboral não comparecesse ao seu posto de trabalho, segundo uma recente sondagem da Blue Rose Research, apesar do boicote e sabotagem da burocracia da AFL-CIO, provocando perdas económicas estimadas em 140 milhões de dólares, e contando com o apoio e solidariedade de centenas de milhares de pessoas em todo os EUA, através de greves estudantis massivas e manifestações por todo o país.

Uma jornada que colocou em evidência a entrada em ação de uma classe trabalhadora que rompeu as divisões raciais que Trump tentou impor, alcançando a unidade entre trabalhadores nativos e estrangeiros.

30 de janeiro, a maré antifascista volta a percorrer os EUA

Se o assassinato de Renée Good a 7 de janeiro, morta com três tiros por um agente do ICE em Minneapolis, foi o momento que fez transbordar o copo da indignação pública, a morte a sangue frio de Alex Jeffrey Pretti, um enfermeiro de 37 anos, apenas alguns dias depois da greve geral, desencadeou uma onda de fúria. Os onze tiros à queima-roupa disparados por esses neonazis convenceram milhões de que o que está em jogo é demasiado sério.

Assim, a 30 de janeiro, a mobilização de Minneapolis espalhou-se para 300 cidades em 47 dos 50 estados: protestos, manifestações, greves trabalhistas e uma greve estudantil histórica que fechou milhares de escolas e centenas de universidades por todo os EUA.

No caso de Minneapolis, este chamamento foi atendido nas ruas com uma manifestação às 14h de mais de 100.000 pessoas, um em cada quatro habitantes, demonstrando mais uma vez que a mobilização veio para ficar, mas desta vez com a ideia de que uma greve geral por todos os EUA é uma necessidade. E isto não é nenhum detalhe. Que, após décadas de ofensiva neoliberal e retrocesso sindical, a greve geral esteja na boca de milhões e se aproprie da consciência de um amplo setor dos trabalhadores é um fato histórico.

Esta rebelião desde baixo também evidenciou o papel do Partido Democrata, o outro partido capitalista e imperialista da classe dominante. Embora tenham passado meses a fazer declarações grandiloquentes, na prática estão a acatar a agenda trumpista e a colaborar com a Administração republicana em aspectos-chave, como o acordo que assinaram para financiar o ICE em troca de que os agentes usem câmeras, não cubram o rosto e precisem de um mandado de busca para invadir uma residência.

Ou seja, em troca de não violarem a lei como fazem todos os dias! Mas nenhuma restrição legal os impediu de agir e assassinar, porque contam com o apoio da Casa Branca. Não é estranho que muitas

das manifestações de 30 de janeiro tenham ocorrido em frente a instituições estaduais e câmaras municipais controladas pelos Democratas, evidenciando sua demagogia cínica.

A profundidade das conclusões políticas e do salto na consciência que estamos a observar nos EUA também se reflete no facto de que a disposição de dezenas de milhares de pessoas para participar na linha da frente não se limita a jornadas pontuais.

Durante estes meses, mas especialmente neste mês de janeiro em Minneapolis, surgiram centenas de redes de apoio mútuo e brigadas de autodefesa contra o ICE. Equipas de jovens e trabalhadores que patrulham as ruas, documentam veículos do ICE, usam o seu corpo para defender as famílias imigrantes, alertam através das redes sociais, acompanham famílias e organizam distribuição de alimentos para aqueles que não se atrevem a sair de casa. Milhares de docentes envolvidos diretamente nesta batalha organizam protocolos de proteção com estudantes e famílias, igrejas e centros comunitários que funcionam como nós logístico.

É daqui que também nasce o sucesso da greve de 23 de janeiro. Da implicação direta de milhares de vizinhos que há semanas se estão a auto-organizar através de grupos de Signal e comités de bairro. Já são centenas os grupos criados por bairros para proteger a comunidade migrante das operações racistas.

Não se trata de “solidariedade” em abstracto. É a solidariedade de classe em ação diante de um aparelho repressivo armado até aos dentes. É a compreensão de

que ninguém nos vai salvar se não nos organizarmos nós próprios. É a classe trabalhadora e a juventude, cada vez mais consciente da sua força, avançando na sua resposta à ordem totalitária que pretendem impor Donald Trump e o seu séquito de fanáticos de extrema-direita.

A auto-organização está a ser extraordinária, mas não é suficiente. O desafio colocado por estes movimentos de massas implica outra tarefa não menos importante, mas sim mais crucial: a necessidade de construir um partido revolucionário da classe trabalhadora que obtenha o apoio de milhões. E as condições para dar passos decisivos neste sentido, rompendo definitivamente qualquer ligação com os Democratas, estão mais do que maduras.

Para derrotar definitivamente o trumpismo não basta resistir. É necessário passar à ofensiva com um programa socialista claro e métodos de luta classistas: pela dissolução imediata do ICE e o reconhecimento de plenos direitos de cidadania para toda a população migrante; acabar com a militarização das ruas e a perseguição política à esquerda política e sindical combativa; pela nacionalização sob controlo dos trabalhadores dos grandes monopólios e bancos, pela ruptura com a política imperialista, e pela Greve Geral em todo o país para derrotar a estratégia totalitária de Trump.

Os EUA estão minados por contradições brutais e insolúveis. A guerra de classes chegou e devemos preparar-nos seriamente para a vencer.



Depois do genocídio palestino, Trump e Netanyahu incendeiam o Médio Oriente.

PAREMOS A GUERRA IMPERIALISTA!



Esquerda Revolucionária Internacional

O mundo encontra-se horrorizado perante esta enésima demonstração de barbárie. Dois genocidas decidiram levar a cabo uma nova guerra imperialista com consequências imprevisíveis. À medida que os dias passam, os números de civis mortos multiplicam-se e centenas de milhares fogem das suas casas, enquanto as imagens de destruição no Irão e no Líbano não cessam, e os efeitos na economia global atingem duramente milhões de trabalhadores.

A máquina mais sangrenta e contrarrevolucionária da História, o imperialismo estado-unidense, entra novamente em ação não para defender a democracia nem o povo iraniano, mas para controlar o petróleo de um país soberano e obter vantagens geoestratégicas na disputa pela hegemonia mundial.

Mas as previsões de uma guerra que durasse poucos dias e obrigasse o regime iraniano a render-se chocaram com uma dura realidade. Os combates estendem-se ao conjunto do Médio Oriente e que um grande ponto de interrogação paire sobre o desfecho deste conflito.

A possibilidade de que tanto Washington como Telavive possam fracassar na sua pretensão de derrubar violentamente o regime dos mulás, e de que rebente uma vaga de oposição massiva à sua intervenção militarista tanto no interior dos EUA como na Europa e no mundo, cresce a cada hora que o conflito se prolonga.

O cenário militar, geopolítico e económico tornou-se extraordinariamente crítico com esta intervenção, e as suas consequências para a luta de classes e para o processo de tomada de consciência de milhões de oprimidos não serão menos importantes.

Um salto qualitativo na escalada sangrenta de Washington

Esta guerra só pode ser compreendida como parte da luta empreendida pelo imperialismo estado-unidense para conter a ascensão do bloco liderado pela China e pela Rússia.

Trump, e o poderoso setor da classe dominante que representa, chegaram à conclusão de que voltar a transformar os EUA na potência industrial que foram, e dominar assim a economia global, é uma ilusão. Um processo de repatriamento económico massivo para desenvolver a manufatura *made in USA*, e competir com a China, não mobiliza nem entusiasmo o grande capital estado-unidense quando a especulação bolsista, o negócio da dívida e a pilhagem fiscal lhes proporcionam dividendos formidáveis há décadas.

Trump não pode deixar de reconhecer que a sua ofensiva tarifária contra a China fracassou, que os objetivos de reduzir o seu défice comercial com o gigante asiático também falharam, e que em múltiplos terrenos a sua desvantagem só aumenta.

Por estas razões, a única forma de cumprir o mandato do MAGA é utilizar a enorme força militar de que dispõem os EUA. A tentativa de recuperar o esplendor perdido conduzia inevitavelmente a novas e brutais aventuras militares no exterior, a uma ação imperialista ainda mais agressiva. Trump, e o setor da burguesia que alimenta os seus movimentos, estão convencidos de que possuem os meios para provocar grandes danos aos seus concorrentes e condicionar o rumo da economia mundial.

A estratégia de se apoderarem das chaves do fornecimento energético global não é um detalhe, é um princípio orientador. A intervenção na Venezuela e o controlo do

Médio Oriente por todos os meios possíveis, converteriam os EUA na principal potência de energia fóssil. Em termos de hegemonia capitalista isto é decisivo, porque confere grande poder e capacidade de dissuasão.

Naturalmente, a guerra é o terreno mais complexo e incerto. Os EUA sabem-no muito bem, porque tiveram grandes contratempos em numerosas ocasiões nas últimas décadas. Mas a burguesia estado-unidense — pelo menos um setor de grande peso, como os grandes monopólios tecnológicos, energéticos e financeiros — tirou a conclusão de que a audácia na utilização da máxima violência pode oferecer-lhe uma vantagem crucial, pelo menos a curto prazo. E estão a jogar essa carta até ao fim.

Apostando na desintegração da UE, anunciam a anexação da Gronelândia, atacam a ascensão da extrema-direita e do nacionalismo reacionário, impõem o rearmamento militarista e acordos comerciais draconianos, e a burguesia europeia baixa a cabeça mostrando uma vassalagem absoluta. Com o golpe na Venezuela proclamam ao mundo que a América Latina será sempre o seu quintal. E, acima de tudo, apoiam fanaticamente Israel como força de choque para consolidar uma correlação de forças favoráveis a Washington numa zona chave.

Trump e Netanyahu apostaram em iniciar uma guerra sangrenta numa área geoestratégica chave, e fizeram-no depois de se convencerem de que não há potência nem circunstância capaz de os deter. O genocídio em Gaza e na Cisjordânia, os golpes desferidos contra o Hezbollah no Líbano, a intervenção na Síria e na Venezuela encheram-nos de confiança para lançar a ofensiva “definitiva” contra o Irão.

Estimaram que o regime fundamentalista estivesse debilitado após a brutal repressão

do mês de janeiro contra a população iraniana indefesa, o que lhes proporcionava a oportunidade ideal para o derrubar — seja por rendição, através de um golpe de Estado ou por uma insurreição “popular”. E, no entanto, o Irão demonstra ser um cenário muito mais complicado do que previam.

A decisão de Trump representa um salto qualitativo que pode acabar por se transformar num bumerangue contra Washington. Pensam que, se fizerem explodir a ordem política e económica que eles próprios forjaram após a Segunda Guerra Mundial, e que tantos dividendos lhes proporcionou depois do desmoronamento da URSS e do colapso do estalinismo, poderão voltar a ter o mundo aos seus pés.

E têm razões para raciocinar assim. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, tornou explícita a submissão à agenda trumpista: “A Europa já não pode ser guardiã da velha ordem mundial, de um mundo que desapareceu e que não voltará”, e instou todos os países do velho continente a aumentar o orçamento militar e as compras de material bélico aos... EUA.

Nada se pode esperar da UE, desses políticos podres ao serviço do capital, nem do direito internacional, da ONU ou de qualquer tribunal penal. A única força real para enfrentar esta barbaridade é a classe trabalhadora mobilizada. Vimos isto com o movimento de massas que construiu a solidariedade internacionalista em apoio ao povo palestino, enchendo as ruas de todo o mundo. Ou com aquele que desafia a agenda autoritária da Administração Trump, reunindo milhões nas manifestações de No Kings e que tornou possível a greve geral de Minneapolis contra o terror das bandas neonazis do ICE. E será também a luta de massas, as greves e o protesto social que voltarão a colocar em causa esta nova guerra criminosa.

Teerão responde aos EUA e a Israel, e aos seus aliados no Médio Oriente

Esta guerra não tem nada que ver com a defesa da democracia ou com os direitos das mulheres, que tanto Trump como Netanyahu esmagam nos seus próprios países e em todo o mundo. Nem sequer tem que ver com o plano nuclear iraniano.

Washington procura uma mudança de regime em Teerão para se apropriar do petróleo e do gás, reduzindo o Irão à condição de protetorado colonial e retirando-o da órbita da China e da Rússia. Um desfecho deste tipo infligiria a ambas as potências um golpe muito superior aos que receberam após a queda da Síria e da Venezuela.

Trump procura também recompor o seu apoio dentro dos EUA e desviar a atenção da crise interna e da revolta contra as suas políticas racistas e totalitárias, dando confiança aos setores mais reacionários na batalha contra o “inimigo interno”, isto é, a comunidade imigrante, a classe trabalhadora nativa e a esquerda combativa. Segundo as sondagens, apenas um em cada quatro estado-unidenses apoia esta guerra, e as fissuras dentro da base social trumpista — ampliadas após a publicação dos documentos do caso Epstein e a implicação do presidente na sua rede — não se vão soldar com uma guerra que pode vir a ter um impacto económico enorme.

O certo é que nem o destacamento da maior frota de guerra estado-unidense em décadas, nem os bombardeamentos brutais e indiscriminados sobre território iraniano, nem o assassinato seletivo de dezenas de altos cargos conseguiram fazer com que Teerão içasse a bandeira branca.

Os drones e mísseis iranianos estão a demonstrar eficácia e capacidade para atingir bases militares e interesses estado-unidenses, e para golpear seriamente Israel. Isto está a provocar dúvidas e um nervosismo evidente no campo imperialista, bem como críticas internas perante a ausência de um plano alternativo ao de uma vitória rápida e incontestável após o primeiro ataque.

A escalada bélica não para de aumentar dia após dia. O endurecimento dos bombardeamentos contra as populações iranianas e libanesas, e infraestruturas civis e sanitárias, chegando mesmo a níveis de destruição selvagens como fizeram em Gaza, está em cima da mesa e terá consequências múltiplas.

Primeiro, incentivará a mobilização internacional contra a guerra, aprofundando o que já ocorreu contra o genocídio. Segundo, acelerará as divisões dentro do imperialismo ocidental, como já está a acontecer com a recusa de Pedro Sánchez em permitir que os EUA utilizem abertamente para as suas operações as bases militares conjuntas, ou com a rejeição da chefe de governo italiana, a ultradireitista Meloni, em envolver-se abertamente com Trump, pressionada pelas enormes mobilizações contra o genocídio palestino que tiveram lugar em Itália. E, em terceiro lugar, agravaria o fortíssimo impacto da guerra sobre a economia global, um fator que pressiona sobretudo Washington e os seus aliados.

A economia mundial é afetada

Se os efeitos políticos da guerra estão a revelar-se dramáticos, os económicos não o são menos. A refinaria mais importante da Arábia Saudita, Ras Tanura, ficou paralisada, tal como o complexo industrial de Ras Laffan, no Catar, o maior local de produção de gás natural liquefeito do mundo.

Mas o golpe mais importante foi o encerramento, por parte da Guarda Revolucionária, do Estreito de Ormuz, por onde passa 20% do petróleo mundial e uma percentagem semelhante do gás. Os efeitos não se fizeram esperar. O preço do barril Brent de petróleo, o mais utilizado, aproxima-se dos 150 dólares.

Bloqueados de transportar petróleo por navio devido à guerra, os países produtores do Golfo poderão ver-se obrigados a parar a produção com os depósitos saturados de crude. O Iraque, o segundo maior produtor da OPEP, anunciou um corte de quase 1,5 milhões de barris diários, metade do total que produz. Um encerramento prolongado do Estreito durante várias semanas poderia elevar ainda mais os preços do petróleo, alimentando uma espiral inflacionista que colocaria a economia mundial em enormes dificuldades.

A situação mudou completamente, e o alarme já soou nos grandes centros do capitalismo a ponto de se preparar uma reunião iminente do G7 para debater sobre como libertar petróleo das reservas estratégicas e aliviar a pressão.

Bastantes analistas estão a advertir que um choque energético persistente poderia também provocar o rebentamento da bolha tecnológica e fazer perder milhares de milhões de dólares na especulação bolsista construída em torno da inteligência artificial.

As turbulências na economia mundial mal começaram a emergir, mas far-se-ão sentir com grande intensidade. A inflação da energia provocará um aumento dos custos de produção, como aconteceu com o conflito ucraniano, reforçando as tendências recessivas na Europa e em todo o mundo.

A situação no Irão

Os altos dirigentes iranianos decidiram escolher como líder supremo Mojtaba Khamenei, filho do anterior aiatolá assassinado pelos bombardeamentos israelitas no primeiro dia da guerra, de forma a enviar uma mensagem de resistência e continuidade do regime. Não parece possível repetir no Irão o que aconteceu na Venezuela, pelo menos a curto prazo. Trump, que havia afirmado que qualquer líder supremo “não durará muito” sem a sua aprovação, recebeu um banho de realidade: o núcleo duro do fundamentalismo continua no comando.

É inquestionável que o fundamentalismo islâmico no poder viu a sua base social de apoio diminuir durante os últimos 15 anos. A crise económica, o fosso entre os privilégios insultuosos da burguesia e da burocracia clerical, militar e estatal que domina o país, o empobrecimento de camadas cada vez mais amplas da população, os cortes sociais, a opressão política e religiosa contra a classe trabalhadora e a juventude — e muito

especialmente contra os direitos das mulheres, da comunidade queer ou das minorias nacionais — provocaram pelo menos quatro grandes levantamentos revolucionários de massas na última década. Todos foram esmagados de forma sangrenta.

O último ocorreu precisamente neste mês de janeiro e terminou, tal como denunciou a esquerda anti-imperialista iraniana, com dezenas de milhares de pessoas encarceradas e mais de 10.000 assassinadas, metralhadas pelo exército e pelas forças paramilitares da Guarda Revolucionária.

Isto deixou uma marca indelével de indignação e de raiva contra o regime entre as massas. Mas a morte e a destruição causadas pelas bombas de Trump e Netanyahu — com ataques como o que assassinou mais de 150 meninas numa escola do sul —, somadas ao caráter reacionário, servil e degenerado da oposição burguesa iraniana ao serviço de Washington, com esse herdeiro do Xá a incentivar a agressão e a colocar-se na fila para receber a sua parte do saque enquanto o seu povo é massacrado, longe de incentivar um levantamento popular está a produzir o efeito contrário.

Desde o início da guerra sucederam-se importantes manifestações contra os EUA e Israel no próprio Irão e noutros países como o Iraque, o Paquistão e o Bahrein.

Se o regime teocrático e reacionário dos mulás conseguiu resistir a levantamentos como o de 2022 — iniciado após o brutal assassinato da mulher curda Mahsa Amini pela “polícia da moralidade” — ou ao mais recente de janeiro de 2026 contra os cortes sociais, foi porque o movimento de massas não encontrou uma direção revolucionária capaz de unificar todas as suas reivindicações com um programa socialista para vencer. Nessas circunstâncias, e apesar do heroísmo demonstrado pelos militantes da esquerda combativa iraniana, por milhares de trabalhadores e jovens, as forças de choque do regime conseguiram sufocar a rebelião através de uma repressão selvagem.

A Guarda Revolucionária representa um setor decisivo da classe dominante que controla até 40% da economia e mais de 1.000 empresas, incluindo setores como o complexo industrial-militar, a construção, a energia e o setor tecnológico.

Este setor é o que mais tem insistido em rejeitar as exigências estado-unidenses e em estreitar ainda mais os vínculos com a China e a Rússia. Um regime fantoche de Washington teria de proceder à purga da Guarda Revolucionária, incluindo a liquidação física de muitos dos seus quadros dirigentes, e avançar para uma privatização e redução significativas do seu complexo económico. Esta perspetiva dá a centenas de milhares de soldados profissionais, milicianos e às suas famílias um motivo para resistir e lutar.

O Irão não é a Síria nem a Venezuela, nem sequer o Iraque que os EUA invadiram em 2003. Tentar dominar o Iraque acabou por ser uma catástrofe para os EUA, mas seria uma brincadeira de crianças comparado com os problemas que as tropas estado-unidenses enfrentariam se pisassem solo iraniano. Por isso, a estratégia imperialista e sionista passa por tentar decapitar e forçar a rendição do regime ou abrir uma brecha no seu interior através de bombardeamentos cada vez mais destrutivos.

Muitos analistas duvidam que bombas e mísseis sejam suficientes para forçar uma mudança de regime em Teerão. O Irão não é apenas um país muito populoso e extenso: é também uma potência regional com uma economia muito mais diversificada e uma capacidade industrial, tecnológica e militar muito superiores às de anteriores alvos estado-unidenses como a Síria, o Líbano ou a Venezuela.

A capacidade de fabricar drones com qualidade, a baixo custo e em grandes quantidades — algo que está a ser decisivo para resistir nestes primeiros dias e até para colocar sérias dificuldades aos exércitos agressores, cujo material de guerra é mais caro e difícil de repor com a mesma rapidez e na mesma quantidade — é exemplo disso.

Outro fator-chave é o apoio logístico e armamentista da China e da Rússia, fornecendo informações sobre a localização dos alvos estado-unidenses e sionistas, e mísseis de tecnologia avançada que já em junho de 2025 criaram problemas sérios para os EUA e Israel.

O papel da China e da Rússia

A atuação do imperialismo russo e chinês ao deixar cair o regime sírio, ao agir com retórica diplomática perante o massacre do povo palestino enquanto reforçavam as suas prósperas relações comerciais com Tel Aviv, ou a sua deserção na Venezuela, mostra que, acima das declarações demagógicas a favor da “liberdade dos povos”, das vantagens do multilateralismo ou do chamado “Eixo da Resistência”, o que é fundamental são os interesses dos grandes monopólios capitalistas de ambos os países.

Pequim e Moscovo estão a operar um recuo para áreas de influência que consideram mais vitais a curto prazo, como a consolidação da vitória militar russa na Ucrânia ou o domínio sobre o Indo-Pacífico, diversificando ao mesmo tempo os seus investimentos (Índia, Brasil...) na confiança de que a sua superioridade no terreno produtivo, tecnológico e comercial lhes garanta uma preponderância a médio e longo prazo.

Mas o Irão representa um ponto de vital importância para Pequim e Moscovo. E não apenas porque a China obtém 15% do petróleo que importa de Teerão e tem assinados investimentos de milhares de milhões de euros como parte do seu Projeto da Nova Rota da Seda. Há também um fator político de primeira ordem: se o seu principal aliado no Médio Oriente for derrotado e se impuser um governo fantoche dos EUA, o seu prestígio e autoridade ficarão muito mais em causa e o seu papel como contraponto ao bloco ocidental muito mais em questão.

Isto não significa que venham a enfrentar Washington e Tel Aviv numa guerra aberta, mas é evidente que estão a prestar apoio logístico e de inteligência para evitar um colapso do regime iraniano. Este é um fator a ter em conta quanto à possibilidade de a resistência de Teerão se prolongar, complicando seriamente a campanha militar de Trump e Netanyahu.



Abaixo a guerra imperialista! Não mais sangue por petróleo!

A guerra imperialista coloca à prova todas as organizações e tendências políticas e faz cair todas as máscaras. A ONU e as potências ocidentais, começando pela UE, manifestaram o seu apoio à intervenção, como não podia deixar de ser.

Ursula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, não demorou nem 24 horas a pedir “uma transição fiável no Irão” e a condenar categoricamente a resposta de Teerão aos brutais bombardeamentos de Washington e Tel Aviv, classificando-a como “inaceitável e injustificada”. Os milhares de mortos e as centenas de milhares de feridos e deslocados provocados pelos bombardeamentos ianques e sionistas são perfeitamente aceitáveis e estão plenamente justificados para esta cínica representante dos grandes bancos e multinacionais europeus. “Danos colaterais” necessários para que as burguesias europeias sejam convidadas para a partilha do saque.

Mas se alguém ganha o prémio ao mostrar o seu carácter rasteiro, reacionário e criminoso é a direita e a extrema-direita globais — no caso de Portugal, com o PSD-CDS, IL e Chega na primeira linha.

O governo português demonstrou a sua total vassalagem ao imperialismo estado-unidense ao autorizar vários aviões militares dos EUA a utilizar a Base das Lajes, na ilha Terceira, Açores, nos dias anteriores ao início e durante a ofensiva imperialista. Montenegro não proferiu uma palavra contra a agressão dos EUA e Israel ao Irão, mas condena a resposta do Irão, caracterizando-a como “ofensiva ao países vizinhos”. Para

este governo cúmplice com a guerra imperialista, a conceção burguesa de “direito internacional” e o “direito à autodefesa” invocam-se apenas quando servem dos seus amos imperialistas.

O Chega vai ainda mais longe na tentativa de lavar a cara dos EUA e Israel, caracterizando uma ofensiva brutal que já conta com milhares de civis mortos de “operação humanitária”! Chega e IL participam nas manifestações da diáspora iraniana reacionária, que celebra o massacre dos seus conterrâneos e clama pelo regresso do regime monárquico vassalo, hipocritamente denunciando a falta de democracia do regime iraniano e a sua repressão para com as mulheres quando pretendem impor uma ditadura fascista e a mesma repressão das mulheres em Portugal.

A direita e extrema-direita portuguesas e a sua política servil foram desmascaradas em comparação com as posições do Primeiro-Ministro do Estado espanhol, Pedro Sánchez. Enfrentou Trump nas palavras, denunciando a “ilegalidade” da sua intervenção contra o Irão e apelando ao “Não à Guerra”. Uma mensagem que projetou a imagem de Sánchez em todo o mundo como um opositor que diz aquilo que os “líderes” europeus não se atrevem a dizer e que foi fonte de inspiração também em Portugal. Na verdade não passa de uma resposta à pressão do fortíssimo movimento pró-Palestina no Estado espanhol.

A guerra imperialista é completamente reacionária. Trump defende os interesses das grandes corporações petrolíferas, do complexo industrial-militar, dos bancos e fundos de investimento estado-unidenses e de todo o mundo. E os EUA, para proteger

o grande capital global, dispõem de um braço armado: a NATO, da qual Portugal faz parte enquanto membro fundador durante o fascismo. Nós Esquerda Revolucionária afirmamo-lo alto e claro: Nem um euro, nem um soldado, nem uma bala para esta guerra! É preciso sair da NATO imediatamente, fechar as bases militares estado-unidense e aplicar medidas como o embargo integral de armas a Israel e aos EUA.

É decisivo levantar uma grande mobilização dos trabalhadores e juventude contra esta nova guerra imperialista. As direções da CGTP e da UGT têm de acrescentar estas palavras de ordem à do fim do Pacote Laboral na luta pela queda do governo do capital, machista, racista e cúmplice da guerra imperialista! Está em jogo o empobrecimento da classe trabalhadora, a inflação que devora os salários e os milhares de despedimentos que podem ocorrer nos próximos meses.

É necessário reagir com firmeza por todo o mundo: convocar mobilizações massivas, não para exigir o cumprimento de um direito internacional inexistente e fraudulento, mas para obrigar os imperialistas a cessar a sua agressão. Isso passa por ampliar a luta nas ruas, promovendo e organizando as manifestações e protestos mais amplos, que conduzam à greve geral para derrotar os planos belicistas.

Os comunistas revolucionários não são neutros. Uma vitória de Trump e Netanyahu não significaria apenas o esmagamento do povo iraniano e a morte de dezenas ou centenas de milhares de inocentes; alimentaria novas guerras ainda mais violentas e fortaleceria o avanço da extrema-

direita neofascista à escala mundial. A derrota destes dois criminosos de guerra representaria um golpe duríssimo para o imperialismo e sionismo, e também para a direita e extrema-direita globais.

Uma política comunista a favor do povo iraniano, do povo palestino e de todos os povos esmagados pelo imperialismo e pelas suas burguesias cúmplices nada tem a ver com apoiar o regime reacionário dos mulás, que há décadas reprime a classe trabalhadora e a juventude, suprime os direitos democráticos e oprime as mulheres e as minorias nacionais. A tarefa de acabar com a burguesia e com o capitalismo iraniano, derrubar o Estado teocrático e lutar por um Irão socialista só pode ser levada a cabo pelas próprias massas através da sua auto-organização, da sua ação direta e de um programa revolucionário em aliança com todos os povos oprimidos do Médio Oriente.

Abaixo a guerra imperialista!

Se queres a paz, luta pelo socialismo!

Por um Irão socialista e uma Federação socialista do Médio Oriente!





O PLANO COLONIAL PARA GAZA: CIDADE DE FÉRIAS PARA OS RICOS, CAMPO DE EXTERMÍNIO DO POVO PALESTINIANO

Carlos Ochoa - Sindicato de Estudantes Estado Espanhol

No dia 22 de janeiro, Donald Trump apresentou na Cimeira de Davos o chamado Conselho da “Paz” para Gaza. No meio de uma encenação cuidadosamente preparada para transmitir uma imagem de poder, os imperialistas norte-americanos, acompanhados por toda a sua corte mundial de lacaios, apresentaram a culminação dos planos de limpeza étnica, extermínio e opressão contra o povo de Gaza — a mais terrível das barbáries.

Como já explicámos em declarações anteriores, os planos dos sionistas israelitas para Gaza desenvolveram-se exatamente como haviam planeado e acordado com o Governo de Trump. O extermínio da população de Gaza continuou, assim como o bloqueio humanitário e a fome; o avanço da colonização sionista na Cisjordânia, a violência implacável de milhares de colonos fascistas contra a população palestina e o regime de apartheid.

Gaza subjugada e explorada pelos imperialistas

O que vimos em Davos foi mais um passo nesse plano criminoso. A cerimónia contou com a presença de convidados de destaque: os governos de Israel, Argentina, Hungria, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Turquia e Bielorrússia estavam representados, entre outros. Todos eles já confirmaram a sua participação no Conselho de Paz, para o que tiveram de desembolsar mil milhões de dólares. Um investimento destes Estados que será devolvido às suas burguesias nacionais com juros suculentos. Estes são os termos para estes criminosos: os de um negócio lucrativo, independentemente das vidas humanas que custou e continuará a custar.

Todas as promessas de retirada das tropas sionistas e a constituição de uma entidade neutra que governe Gaza foram desmentidas ao longo destes meses. O exército israelita não só não se retirou, como continuou a massacrar e a cercar cada vez mais o povo palestino. A carta fundadora do Conselho da Paz não menciona a Palestina nem o povo palestino. Trata-se da apresentação de um projeto colonial para que os grandes empresários possam lucrar com o extermínio de um povo inteiro. Este é o motor da “loucura” sionista, que por sua vez é o eixo da legalidade internacional sob o sistema capitalista: o lucro empresarial.

É evidente que este passo pretende lançar uma mensagem ao mundo. Sob o

capitalismo, já não existe legalidade internacional para além do poder do bloco imperialista dominante. No entanto, as formas, a diplomacia e a aparência de legalidade são instrumentos muito valiosos dos capitalistas para disfarçar a sua dominação. É precisamente isso que Trump e Netanyahu desprezam e substituem pela agressividade, exibindo sem disfarces os seus interesses imperialistas e coloniais perante os povos de todo o mundo. Não há qualquer diferença em relação ao que fizeram os nazis ao proclamarem que a Europa lhes pertencia.

O plano para Gaza foi apresentado em diapositivos onde não aparecia a Gaza que conhecemos, devastada pelas bombas sionistas. Tratava-se de uma Gaza desenhada por e para os imperialistas, uma cidade de sonho dedicada ao turismo costeiro. Kushner, empresário e genro de Trump, falou de um investimento de 25 mil milhões de dólares para erguer, em dez anos, um centro económico, com a construção de 180 torres de uso misto destinadas a centros de dados e instalações de fabrico avançado. A proposta de Trump prevê a monetização de 70% do litoral de Gaza a partir do décimo ano, gerando mais de 55 mil milhões de dólares em retornos de investimento nesse período.

O povo de Gaza convertido em mão-de-obra escrava

O projeto já contempla os obstáculos que terão de enfrentar para desenvolver os seus planos, isto é, a destruição total provocada pelo Estado de Israel: 10 mil cadáveres que ainda se encontram sob 68 toneladas de escombros, bombas por explodir e um solo tóxico cuja camada fértil foi completamente arrasada. Por isso, o plano já indica quem irá realizar todas essas obras: o que restar do povo de Gaza, convertido em mão-de-obra, submetida e escravizada pelo regime colonial israelita.

Para esse efeito, a reconstrução começará em Rafah, onde se pretende construir habitação para a mão-de-obra que levará a cabo essa reconstrução. Será a primeira “comunidade planeada” da “nova Gaza”. As condições dessas “comunidades planeadas” já se encontram descritas num relatório do Centro de Coordenação Civil-Militar¹, o órgão liderado pelos EUA para implementar o Plano de Paz. Este relatório, composto por quase 50 pontos, detalha e regula a totalidade da vida social: deslocamentos, administração pública, saúde, educação... O plano dos genocidas para as palestinianas e os palestinianos que não

fujam é o de submissão total, uma vida controlada e escravizada.

Num ponto do relatório chega-se mesmo a afirmar que “todos os residentes que entrarem serão registados com documentação biométrica para permitir a sua identificação para circulação e acesso a serviços civis”. Os nazisionistas dispensam as famosas braçadeiras usadas pelos seus inspiradores, os nazis dos anos 30, e propõem abertamente o uso de tecnologia biométrica para controlar os palestinianos. Um campo de concentração com tecnologia do século XXI, o regresso ao mesmo horror dos guetos onde os nazis massacravam e escravizavam os judeus, mas agora sob as bandeiras norte-americana e sionista. É um horror, é terrível, mas esta é a “civilização” que os genocidas e os seus aliados proclamam abertamente.

O “plano de paz” culmina com a limpeza étnica sionista

O povo palestino está a ser submetido a uma opressão brutal. Com a entrega do corpo do último refém em posse do Hamas, Netanyahu já anunciou a abertura parcial da passagem de Rafah. Nas suas declarações, afirmou que a entrada será limitada a 50 pessoas por dia. Se estas declarações se concretizarem, poderemos assistir a um deslocamento massivo. Uma terceira Nakba reivindicada abertamente pelo sionismo assassino. O próprio Netanyahu foi claro: “Ouvi dizer que vou permitir o estabelecimento de um Estado palestino em Gaza, mas isso não aconteceu nem vai acontecer. Creio que todos sabem que quem bloqueou repetidamente o estabelecimento de um Estado palestino fui eu”.

Perante esta realidade, os apelos da social-democracia internacional ao respeito pela lei internacional são impotentes e hipócritas. Esses mesmos social-democratas, como Pedro Sánchez —que anuncia que não se sentará no Conselho da Paz, mas não teve qualquer problema em correr a apertar a mão de Trump quando este apresentou a sua farsa de plano de paz—, apesar de todos os seus discursos e promessas sobre o embargo de armas a Israel, mantêm intactos todos os laços económicos e militares com o Estado sionista.

Também não podemos dizer que a China e a Rússia tenham adotado uma atitude coerente de oposição aos planos do sionismo. De facto, embora ainda não tenham aceite nem rejeitado oficialmente o convite para participar no Conselho da Paz,

a Rússia já se disponibilizou para utilizar os fundos russos congelados pelos EUA durante a guerra na Ucrânia para financiar os planos colonialistas da Conselho da Paz. Uma grande lição para quem ainda deposita ilusões na “multipolaridade” e neste suposto “imperialismo bom”: apoio à limpeza étnica em Gaza e colaboração para lucrar com o projeto colonial.

O grau de barbárie, destruição e opressão provocado pelo imperialismo norte-americano e pelo sionismo no Médio Oriente parecia inimaginável há poucos anos. Que todos os monstros que pareciam confinados aos livros de história sobre os anos 30 ganhem agora vida pode parecer surpreendente, mas não é mais do que o produto legítimo do capitalismo na sua fase imperialista e da luta pela hegemonia mundial.

Este acordo de paz é a enésima traição contra o povo palestino. Todos os governos capitalistas árabes e de outros países que se pretendiam apresentar como seus aliados desmascararam-se e ajoelharam-se mais uma vez perante o amo de Washington, pensando apenas em lucrar o máximo possível.

Agora mais do que nunca, a solidariedade internacionalista da classe operária e da juventude demonstrou ser a única resistência para derrotar os planos dos genocidas. A revolta mundial contra o genocídio sionista apontou ao coração deste sistema decrépito e deixa uma lição clara: para derrotar os imperialistas é necessário acabar com o capitalismo, é necessária a revolução socialista mundial.

Palestina livre do rio até ao mar!

Pela federação socialista do Médio Oriente!

Socialismo ou barbárie!

8 DE MARÇO: CONTRA O MACHISMO E O FASCISMO, CONSTRUIR A GREVE GERAL!

Sofia Cazel - Esquerda
Revolucionária e Livres e Combativas

Chegamos a mais um 8 de março num período de degradação das condições de vida das mulheres trabalhadores, e do aumento da violência machista, em Portugal e pelo mundo. A cada ano que passa, torna-se mais evidente que o sistema capitalista, longe de caminhar para qualquer progresso, arrasta-nos, com extrema brutalidade, para a total barbárie.

Até ao terceiro trimestre de 2025, foram mais de 25 mil ocorrências de violência doméstica¹, os maiores valores registados nos últimos sete anos. Segundo os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)², o número de pessoas ajudadas, em situação de violência doméstica, tem vindo a crescer todos os anos desde 2020, com um aumento de 42% nos últimos seis anos.

A negligência sistémica à vida das mulheres continua a aprofundar-se. Para além dos casos que são ignorados pela polícia, e acabam por não chegar a julgamento, a maioria das condenações por violência doméstica acabam penas suspensas, tendo chegado em 2024 a 87% dos casos.

Para as mulheres e crianças que vivem esse inferno em casa, para além dos desafios emocionais para conseguir escapar, junta-se o obstáculo económico, em particular causado pelos preços das rendas, que fazem com que seja cada vez mais difícil encontrar casa longe do seu abusador, ao mesmo tempo que o desinvestimento nos serviços de acolhimento e apoio reduzem as opções para as vítimas de classe trabalhadora.

Face a esta realidade já violenta para a grande maioria das mulheres, o Governo da AD pretende desferir mais um ataque às mulheres trabalhadoras, às pessoas queer e à sua independência financeira através do pacote laboral. Este pretende aumentar a precariedade dos contratos, que já atinge mais de um quarto³ das mulheres a trabalhar por conta de outrem, chegando a 31% das imigrantes e 51% das que têm menos de 25 anos. Para além de reduzir os direitos parentais, flexibilizar horários, instaurar o banco de horas que reduz a remuneração por horas extras e facilitar despedimentos — o que facilita o despedimento de mulheres grávidas ou dificulta por exemplo a denúncia de casos de assédio sexual com a ameaça do despedimento sem motivos legais, também é eliminado o direito à faltas por luto gestacional. Ficam claras as

prioridades deste governo.

Os agressores são os vossos “portugueses de bem”

Se por um lado este sistema precisa nos amarrar à servidão do lar e nos condenar à miséria, precisa também conter a revolta das camadas mais oprimidas, entre elas as mulheres trabalhadoras e pessoas queer, para isso alimentando os seus raivosos cães fascistas. Estes tentam distrair os trabalhadores culpando os imigrantes por todas as mazelas, inclusive a violência machista, que neste caso já lhes interessa lembrar. Escondem deliberadamente que a maioria dos crimes contra pessoas em Portugal é o da violência doméstica, cometida na sua maioria por cônjuges e familiares, com a convivência das forças de segurança e do sistema jurídico. Isto quando não são os próprios membros das forças de segurança os agressores: entre 2019 e 2023 foram instaurados 495 processos disciplinares na polícia, resultando em 59 condenações, e apenas cinco delas em expulsão.

Enquanto utilizam a suposta preocupação com a violência machista para destilar o seu racismo e as suas políticas punitivistas como as propostas de castração química, espalham a sua ideologia machista, defendendo o papel da mulher como submissa e do lar e incitando campanhas contra pessoas queer, especialmente trans, e os seus direitos. É claro como a estes fascistas não lhes preocupa ao mínimo as vidas das mulheres. Ao mesmo tempo, os próprios políticos do Chega, dia sim dia não, são descobertos pedófilos, agressores e violadores, destacando-se o recente caso do vereador do Chega em Lisboa, Bruno Mascarenhas, condenado por profundas injúrias à sua ex-mulher e acusado de violência doméstica^[4], depois de ter passado grande parte da campanha a usar a violência machista como justificação para a propaganda racista e xenófoba do seu partido.

São estes os “portugueses de bem”, agressores hipócritas que continuam impunes graças a um sistema que os defende.

As mulheres burguesas cumprem também com primazia o seu papel de defensoras da classe dominante, ao lado dos seus companheiros homens, demonstrando o seu desprezo pelas vidas das mulheres trabalhadoras e imigrantes.

A ministra da Saúde Ana Paula Martins,

para além de ter nas mãos o sangue dos bebés e mães que morreram durante o parto e gravidez por falta de cuidados de saúde, não poupou de destilar o seu racismo aquando o caso de Umo Cami, imigrante guineense que morreu com apenas 36 anos, por negligência hospitalar em Sintra, culpando-a pela sua própria morte afirmando que “maioritariamente são grávidas que nunca foram seguidas durante a gravidez, que não têm médico de família, recém-chegadas a Portugal, com gravidezes adiantadas e algumas nem falam português ou foram preparadas para acionar o socorro. Por vezes, nem telemóvel têm”^[5] É este o desprezo que este pelas mulheres trabalhadoras!

Não é coincidência que a violência machista e queerfóbica cresça neste momento, quando é completamente amparada e encorajada pelo governo de Montenegro, que normaliza e garante o crescimento do Chega, deixando impune até os ataques diários dos seus deputados às mulheres dentro da própria Assembleia da República.

Só a organização pode parar a violência machista!

Para fazer frente a esta realidade, as soluções que nos são apresentadas pelos partidos reformistas são completamente insuficientes. Os programas de formação de juizes e polícias para abordar a violência doméstica, que já são realizados, deixam muito a desejar. Perante a um sistema que reforça a impunidade e o machismo, tais programas pouco mais são do que um carimbo de aprovação.

Os sucessos dos programas aclamados pela comunicação social, como o do botão de pânico, ainda que possam ter utilidade para as vítimas, não passam de medidas paliativas para um sistema insuficiente, que não garante uma real qualidade de vida.

As medidas que são necessárias para garantir a segurança das mulheres, e o investimento massivo para garantir uma resposta real à quantidade de casos de violência doméstica, não serão conquistados pedindo delicadamente aos que lucram com a nossa miséria. Apenas com a organização e luta consequente nas ruas poderemos exigir tais medidas.

Não basta garantir uma resposta após dezenas de milhares de mulheres e crianças terem já passado por traumas com cicatrizes para toda a vida: é necessário cortar o mal pela raiz, e impedir que estes

abusos cheguem a acontecer. E apenas com a organização dos trabalhadores, das mulheres, moradores e pessoas marginalizadas, poderemos lutar para ter uma voz neste sistema, para que possamos decidir acerca do nosso sistema judicial e no sistema educacional, para que haja uma educação sexual para o respeito e consentimento, e que puna exemplarmente agressores em todos os âmbitos das nossas vidas. Para além disso, só com a luta da classe trabalhadora poderemos exigir condições de vida que permitam a real autonomia das mulheres e pessoas queer, lutar pelo fim à precariedade aos salários de miséria. Queremos viver dignamente, não só sobreviver!

A combatividade e vontade de lutar das mulheres trabalhadoras de todas as idades e nacionalidades ficou muito clara na convocatória para a Greve Geral de dezembro. Estas são muitas vezes as agitadoras mais aguerridas e consequentes nas lutas sindicais e nos locais de trabalho, e o seu papel de liderança nos movimentos revolucionários por todo o mundo é inegável. O apoio massivo à greve geral demonstra que há muita energia para lutar e uma compreensão que este sistema só nos condena à miséria e que apenas a nossa força enquanto trabalhadores pode pôr fim à servidão e exploração, independentemente dos resultados eleitorais, que são apenas uma face distorcida da realidade.

Todos nós assistimos com muita atenção e preocupação ao que se passa nos Estados Unidos, os ataques aos imigrantes, mulheres e pessoas queer, que são uma ameaça real e um aviso sério ao que se avizinha por todo o mundo, incluindo Portugal. Os 60 deputados fascistas na Assembleia da República têm em Trump o exemplo ideal, e não tardarão a aplicar as mesmas políticas.

Não há tempo a perder! É preciso organizar uma nova greve geral até derrubar o pacote laboral e este governo machista, racista e bonapartista.

Mulheres, pessoas queer e trabalhadores, a história chama-vos para a organização e para a luta.

A hora é agora!



[Continuação do artigo da contracapa]

Gerou-se assim um fenómeno de bola de neve que tem acelerado os preços nos últimos anos e não dá sinais de abrandar. O investimento no sector constitui uma fatia cada vez maior do investimento direto do exterior (IDE) em Portugal. O ano passado chegou a 3.9 mil milhões de euros, quase metade do IDE total. Como seria de esperar, os fundos imobiliários internacionais são responsáveis por 85% destes investimentos um terço deste capital estado-unidense.

Assim se explica que existam pelo menos 725.000 alojamentos vagos no país (12% do total): muitos estão a servir uma função especulativa enquanto os capitalistas esperam pelo melhor momento para os vender. Destes, 48.000 concentram-se no município de Lisboa, a maioria no centro da cidade, chegando a perfazer mais de 20% dos imóveis nas freguesias mais caras (Santo António) e mais turísticas (Santa Maria Maior e Misericórdia).

As grandes empresas imobiliárias (4 das 5 maiores estado-unidenses) também estão a fazer um grande negócio com a nossa miséria, tendo aumentado os seus lucros em 25% em 2025 face a 2024. O débil capital português degladia-se pelas migalhas, triplicando o número de imobiliárias para mais de 9.000 nos últimos 10 anos e apostando no alojamento local, mais rentável que fazer arrendamentos de longo prazo. Mais de um terço deste alojamento é já gerido por empresas, 700 destas grandes rentistas que detêm mais de 10 alojamentos, e algumas destas centenas. São estes empresários que servem de base eleitoral da extrema-direita e a financiam para que façam dos nossos irmãos imigrantes bodes expiatórios de uma crise provocada por si.

O governo do capital só piora a crise para a classe trabalhadora

Os sucessivos governos e autarquias PS e PSD revelaram-se fieis comissões para administrar os negócios da classe dominante. Não só nunca construíram um parque público habitacional como foram vendendo as habitações e terrenos públicos conquistados pela Revolução Portuguesa. Mais ainda, entre 1987 e 2011 transferiram

5 mil milhões de euros para a banca privada — três quartos do financiamento estatal para a habitação foram consumidos por ajudas ao pagamento dos juros no crédito à habitação —, uma grande quantia de riqueza pública que poderia ter sido investida na construção de um parque habitacional público a preços acessíveis. Hoje o parque público perfaz uns irrelevantes 2% dos fogos totais, impotente para fazer pressão sobre os preços praticados no mercado privado.

Parte da gigantesca quantidade de dinheiro agora envolvida no mercado imobiliário será dedicada a lobby/corrupção, fazendo com que o atual governo do PSD-CDS de Montenegro, com o apoio do Chega, avance ainda mais agressivamente os interesses dos capitalistas deste sector. Mas legislam ainda em interesse próprio direto, pois entre estes capitalistas se incluem muitos dos seus militantes e deputados, sócios de empresas imobiliárias, construtoras, rentistas do AL, etc. O próprio secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Hernâni Dias, tinha duas empresas imobiliárias, demitindo-se quando foram tornadas públicas no início de 2025. Um posicionamento moral que destoa no governo de Luis “Spinumviva” Montenegro, que apostou a sua continuidade numa cruzada contra o conceito de conflito de interesses.

Este governo seguiu as pisadas do de Passos Coelho, implementando mais uma série de borlas fiscais para os rentistas e capitalistas como a redução da taxa de IRS para senhorios ou do IVA da construção e de 23% para 6%, que não resultarão numa diminuição de preços mas num aumento dos seus lucros ao porem ao bolso a diferença. Mesmo a medida mais popular de garantir até 15% do valor da casa para permitir financiamento bancário de 100%, que está a ajudar uma parte da classe trabalhadora mais jovem a ter acesso a um mercado longe das suas possibilidades, continua a tradição de garantir os lucros da banca enquanto nos mantém endividados. O crédito habitação passou a ser responsável por dois terços do crescimento anual da carteira de crédito da banca, que já ultrapassou a de depósitos.

Mais recentemente o governo aprovou alterações à lei do arrendamento que facilita os despejos de inquilinos sem capacidade de pagar as rendas altíssimas. Um piscar de olho à sua base social constituída por rendeiros. Se não travarmos este governo será apenas o primeiro passo de uma política de desproteção dos inquilinos e promoção de despejos violentos através de polícia e “desokupas”. Estes fascistas empregues pelos senhorios para despejar inquilinos já chegaram a Portugal e serão cada vez mais normalizados e incentivados pela AD e Chega enquanto grupos paramilitares — como pretenderam fazer com o IRA — para avançar com o crescimento da extrema-direita. Organizações da habitação e vizinhos têm de começar já a promover a criação de comissões de moradores para sua autodefesa contra estes ataques do Estado burguês e do capital.

É preciso avançar para uma nova Greve Geral que inclua também um programa para a habitação

Depois de décadas de miséria crescente é claro para todos os trabalhadores que não podemos contar com o Estado burguês, com este governo do capital ou com as autarquias para apresentarem soluções para o problema da habitação. Pelo contrário, as demolições de casas auto-construídas por parte de autarquias sem oferecerem outra solução aos seus habitantes ou as políticas pró-especulação seguidas pelo governo são exemplos claros de como contribuem ativamente para piorar a situação. Este governo criminalmente negligente falha em proteger as populações em todas as situações de catástrofe, de fogos a tempestades, e dar-lhes soluções. Como exemplo, dois meses depois da tempestade Kristin milhares de pessoas continuam a viver em casas sem telhado por falta de qualquer alternativa. 99% destas pessoas nem um cêntimo receberam.

Não há dúvida que uma resposta à grave crise da habitação terá de ser coletiva e só poderá vir da ação de massas. A organização de uma nova greve geral que inclua reivindicações concretas sobre o tema da habitação seria um passo importantíssimo

para levantar um grande movimento de toda a classe trabalhadora em defesa do direito universal a uma habitação pública digna. Os sindicatos têm de levar a cabo uma campanha enérgica para construir a greve de forma democrática impulsionando assembleias nas fábricas e locais de trabalho e que incluía a discussão de um programa para a habitação. É necessário popularizar este lema, unindo as forças do movimento sindical à dos movimentos sociais combativos.

A greve às rendas é outra forma de luta usada noutros países, incluindo no vizinho Estado Espanhol, mas que nunca foi levantada pelas associações e coletivos pela habitação em Portugal. Se em conjunto com a greve geral milhares de inquilinos nas cidades mais importantes deixássemos de engordar durante alguns meses os bolsos dos senhorios rentistas, seria uma pressão adicional sobre o governo que contribuiria para a sua queda. Esta hipótese deve começar a ser levantada e defendida pelas organizações, com a certeza de que só funcionará se tiver o apoio de uma maioria dos inquilinos, o que só se atingirá através de um trabalho militante de organizar e convocar assembleias nos bairros para discutir a medida e chegar a um acordo do espaço de tempo concreto em que se colocará em prática.

Não temos dúvidas que só em socialismo, onde as casas deixarão de ser uma mercadoria para cumprirem a sua função social, será possível dar resposta plena às necessidades habitacionais da população. Mas para convencer centenas de milhares disso mesmo, de que as suas exigências básicas chocam com a ordem capitalista, não basta que os proclamemos — é necessário fazer avançar a luta e que o comprovem por sua própria experiência. Para tal os comunistas sempre usaram reivindicações de transição para ganhar influência e militância para o programa do socialismo. A união da classe trabalhadora baixo um programa de classe é o caminho para derrotar as forças do capital financeiro e rentista e conquistar vitórias reais.

Por uma habitação pública e acessível a todos defendemos:

- Expropriação sem indemnização das habitações e do solo urbano e urbanizável nas mãos de bancos, fundos imobiliários e grandes rentistas, assim como dos imóveis devolutos, para podermos constituir um parque habitacional público para arrendamento social.
- Estas habitações públicas não podem ser alienadas nem voltar ao mercado privado e seriam arrendadas por um preço indexando aos rendimentos dos agregados familiares, nunca excedendo os 10% deste.
- Este parque habitacional público tem que estar sob controlo e gestão democrática dos inquilinos e dos sindicatos, comissões e associações de moradores e coletivos da habitação envolvidos na luta.
- Estabelecer um teto a todas as rendas, estipulando um máximo por metro quadrado, que suponha uma redução imediata de 80% na média dos preços atuais.
- Acabar com os despejos, as desocupações e as demolições, estabelecer contratos de arrendamento por tempo indefinido que protejam os inquilinos e impeçam aumentos especulativos.
- Proibição do arrendamento turístico ou sazonal em zonas com défice habitacional, e uma regulamentação desse negócio através das organizações, sindicatos e coletivos de habitação, que salvaguarde os centros históricos das cidades.
- Expropriação das grandes imobiliárias e empresas de construção. Criação de uma empresa pública de construção, sob controlo dos trabalhadores, que faça uma listagem das necessidades habitacionais e dê prioridade à resposta dos casos mais graves, em particular àqueles dos territórios afetados pela tempestade Kristin e outros efeitos das alterações climáticas.
- Criação de comissões de moradores para autodefesa contra as demolições e os despejos levados a cabo pela polícia e grupos “desokupa” fascistas.



CASAS PARA VIVER, NÃO PARA ESPECULAR!

Vem lutar por habitação pública, digna e acessível!

Esquerda Revolucionária

A cada dia que passa a crise da habitação não deixa de se agravar. O empobrecimento que este negócio especulativo espalha entre a classe trabalhadora é brutal e não pode deixar de resultar numa resposta massiva nas ruas por habitação digna para todos.

Em apenas oito anos, entre 2016 e 2023, o preço das casas mais do que duplicou e as rendas aumentaram 67%. Nos últimos 3 anos este aumento intensificou-se ainda mais e só em 2025 o preço das casas disparou quase 25%, o maior aumento em 40 anos. Porto e Lisboa são particularmente afetados, tendo o preço por metro quadrado desta última acabado de bater o recorde de 5.000 euros.

No mesmo período os aumentos salariais não acompanharam sequer a escalada dos preços dos bens de primeira necessidade, quanto mais os da habitação. Estamos hoje mais pobres e uma família média tem de gastar mais de metade do seu rendimento para poder comprar ou arrendar casa, a pior situação de todos os países da OCDE. Nas principais cidades do país precisaríamos de um salário líquido de 2.000€ para conseguir ter uma vida digna.

Uma parte muito significativa da nossa

classe, desde jovens precários a trabalhadores com rendimentos que pouco ultrapassam o Salário Mínimo Nacional (SMN), vê-se assim obrigada a viver em habitáculos minúsculos, em quartos de apartamentos que partilhamos com pessoas desconhecidas, a mudar de residência para zonas periféricas cada vez mais afastadas dos nossos trabalhos e laços familiares e sociais.

Muitas famílias trabalhadoras, para não serem despejadas, são obrigadas a cortar em comida, medicamentos ou outros bens essenciais. Mas para algumas nem isso é suficiente. Nos últimos 5 anos duplicaram o número de pessoas em situação de sem-abrigo e o número de bairros de casas autoconstruídas na Grande Lisboa, para 27. Um regresso à situação do fascismo.

Esta brutal violência infligida sobre a nossa classe tem responsáveis: os capitalistas e os governos que os apoiam. É contra estes que temos de nos organizar.

O grande capital é o responsável pela crise da habitação

Em capitalismo a função social das casas é atirada para um plano secundário. As casas são em primeiro lugar uma mercadoria, um

ativo financeiro através do qual os capitalistas procuram maximizar lucro.

A crise da habitação surge precisamente porque fundos imobiliários, banca, agências imobiliárias e grandes construtoras têm feito de tudo para comprar e especular com estes “ativos”, fazendo disparar os preços da habitação e assim acumular lucros sem precedentes. No caso português, esta especulação dá-se à boleia também do boom turístico, dos alojamentos locais e hotéis que se multiplicam, dos “vistos gold” e da crescente migração de “nómadas digitais”. Tudo com a cumplicidade do governo e autarquias.

A lógica da acumulação capitalista impele os capitalistas a apostar o seu capital nos sectores que produzam os maiores lucros no menor espaço de tempo. Isto é ainda mais verdade num período de acirrada luta inter-imperialista em que os crescentemente desesperados planos da classe dominante estado-unidense para travar a ascensão da China — das guerras tarifárias à guerra imperialista no Irão — abalam a economia internacional.

O mercado habitacional é visto como um investimento seguro e, ao nível destes gigantescos fundos imobiliários, manipulável ao ponto de garantir taxas de

lucro muito rentáveis. Entre os países com melhores perspectivas de valorização imobiliárias encontrava-se precisamente Portugal, em particular Lisboa, por uma série de factores: casas a baixos preços (numa fase inicial), boa localização geopolítica, segurança, clima, baixo custo de vida, etc. A isto juntou-se uma série de borlas fiscais passados pelo governo do PSD-CDS de Passos Coelho que estimularam o investimento imobiliário, incluindo a isenção do pagamento de impostos pelos fundos imobiliários.

Numa década, o mercado de habitação português passou de servir a procura interna da classe trabalhadora para se converter num dos principais destinos de investimento imobiliário do mundo. Quanto mais fundos imobiliários investiam menos casas disponíveis haviam e mais rápido era o crescimento especulativo do mercado, chegando a dois dígitos anuais — uma rentabilidade superior à de ativos financeiros de eleição relacionados com a bolsa de Nova Iorque.

[Continuação do artigo na pág.11]



ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco para as forças do comunismo revolucionário!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[d](#)/[i](#)/[t](#) @EsqRevPT • [d](#)/[i](#)/[t](#) @LivCombat • [d](#)/[i](#)/[t](#) @SindEstud

